

Ata da 246ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera

OBSERVAÇÃO PRELIMINAR PARA A ASSESSORIA JURÍDICA DA SVMA

Por orientação da Coordenadora do CGPI Juliana Summa, esta ata também será encaminhada para a Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal do Verde do Município de São Paulo, para analisar e tomar as medidas cabíveis referentes às manifestações do advogado da concessionária URBIA, que administra o parque desde outubro de 2019, que deixaram a entender, serem de cunho intimidatório à participação e competências legais do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera - CGPI, principalmente a de fiscalizador.

Para agilizar e facilitar a leitura da ata pela Assessoria Jurídica, **destacamos em negrito todas as falas/diálogos havidos entre o advogado e os conselheiros** durante a reunião ocorrida. O Conselho solicita atenção principalmente para as falas do início da reunião, como também para as seguintes páginas: pag.14, pag.16 (onde é solicitado o documento lido pelo advogado), pag.18-20 (solicitação de resposta pelo jurídico da SVMA)

Tendo em vista a gravidade do ocorrido, o CGPI solicita um posicionamento da Assessoria Jurídica para a próxima reunião no dia 10 de Janeiro de 2024.

ATA

Aos treze dias de novembro de dois mil e vinte e três, estando presentes na UMAPAZ e pela plataforma Teams: a coordenadora Juliana Laurito Summa (SVMA), André Lisboa Ingrid Bisterzo e Isabela Armentano (SVMA-DIPO), Claudio Neszlinger e Débora Iacono (primeiro e segunda secretária), Augusto Rocha, Paulo Hartmann (conselheiros representantes da sociedade civil), Claudia Cahali (conselheira representante da Associação Viva Moema), Sylvia Mielnik (representante da SOJAL), Angela Silva, Sonia Chiaradia e Regina Monteiro, (representantes da CPPU), Edgard Tolentino (SMSU), representante da GCM, Samuel Lloyd, Juliano Barbosa (advogado da URBIA) e Camila (advogada Urbia), e Camila Lacerda (representantes da Urbia), Clara Ywata, Douglas de Melo e Paula Hori (usuários do parque), o primeiro secretário conduziu a reunião (gravada) abaixo relatada com a transcrição de alguns trechos que estão em negrito.

Antes de iniciar a reunião, o secretário perguntou se alguém se opunha à ata anteriormente apresentada.

Samuel perguntou se seria esclarecido pela Débora o ponto de divergência que surgiu na última reunião. Claudio esclareceu que este ponto seria tratado no decorrer da reunião. Não havendo questionamento ou oposição, pediu para o representante da URBIA apresentar as previsões e eventos realizados, como solicitado em todas as reuniões.



1. Posicionamento da URBIA

Estas foram as palavras do Samuel, representante da URBIA, retiradas da gravação da reunião, *in verbis*:

“Boa noite, Samuel Loyd, diretor da URBIA. Eu só queria apresentar mais pessoas do nosso time que vieram aqui hoje, é super importante passar a palavra.”

Assim falou o Dr. Juliano Barbosa. ***“Boa noite, senhor presidente, e os aqui presentes. Eu sou o Juliano Barbosa, sou advogado externo da empresa que integra o grupo da concessionária e estou com minha colega Dra. Camila, e antes da apresentação do nosso diretor Samuel, eu queria apenas para balizar a posição da URBIA, que de hoje em diante, eu queria apenas fazer uma pequena declaração para que fique registrada na gravação e a bem do melhor entendimento aqui, do que a concessionária pensa, né, a respeito da concessão e da atuação, da atuação dela e da atuação do conselho gestor. Então isso me permite algo bem breve, bem simples e objetivo.***

Em dezembro de 2019, a URBIA, que me dá muito orgulho, assumiu o desafio de gerenciar e utilizar o equipamento público mais importante e certamente o mais querido da cidade de São Paulo, o Parque Ibirapuera.

Desde então, adota todas as medidas que estavam ao alcance para cumprimento dos encargos que o contrato de concessão lhe impõe. Os desafios não foram, e não são poucos, a começar pela pandemia que a todos afetou tristemente.

Para além disso, o parque é hoje, e a despeito dos percalços documentados, um lugar que bem acolhe o máximo público que dele faz uso diário ou eventual. As dinâmicas de melhoria seguem curso acelerado, o que pode ser por todos observado.

Apesar disso, a URBIA encontra uma resistência feroz quando não desesperada por este Conselho Gestor, formado em tese, por ativos frequentadores do parque, e mentes preocupadas com o seu melhor uso e desenvolvimento.

Assim, aqui neste momento, gostaríamos de enfatizar a posição da concessionária de não mais tolerar demandas deste Conselho, que muito desorbitam os deveres contratuais da empresa.

Registro ainda, algumas práticas que do ponto de vista jurídico, não podem ser aceitas, como a de filmar e fotografar funcionários da empresa sem qualquer autorização. Naturalmente, a autorização para gravação da reunião, nós não nos opomos.

Para que fique claro, a Urbia seguirá com a sua postura de colaboração e



boa-fé perante todos aqueles com os quais se relaciona, mas rechaçará com as ferramentas contratuais e legais de que dispõe, investidas ilícitas, irregulares, desproporcionais e fora qualquer racionalidade, sejam adotadas por quem quer que seja, nas esferas de responsabilização cabíveis. Muito obrigado, sr. Presidente. Vou passar a palavra ao Dr. Samuel.

O representante da URBIA deixou registrado que não autoriza a captação de qualquer som e imagem, a não ser os oficiais dos canais da prefeitura; que tiveram esse problema já em outras reuniões. A pessoa que fez, foi identificada e informada.

A representante da Subprefeitura da Vila Mariana, dirigiu-se ao advogado da empresa dizendo que o parque é concessionado e continua público e seu Conselho Gestor tem voz e fiscaliza. Esta é a função do CGPI, que a URBIA tem que acatar, por lei, pois está dentro das leis da SVMA.

O Dr. Juliano assim esclareceu que: ***“a URBIA não questiona a existência do Conselho Gestor nem adota condições legais. Muito pelo contrário. Ela quer que essas atribuições sejam exercidas dentro do que está previsto em lei. Não há qualquer questionamento da URBIA nesse sentido. A fiscalização do parque, por contrato, cabe ao poder concedente. O Conselho Gestor é um órgão de consulta, consultivo. Pode sugerir, pode criticar, mas ele não é um órgão de fiscalização por natureza desse contrato.”***

O conselheiro Gustavo, disse não ter entendido o objetivo final da colocação do advogado; que o Conselho não fiscaliza o contrato, ele fiscaliza o parque, e é um bem existente, concreto, público, ele envolve áreas que vão além da área de concessão que a URBIA assumiu. O CGPI fiscaliza as áreas concessionadas e tudo o que ocorre no parque. Gustavo enfatizou que na gestão anterior, da qual foi conselheiro, havia contrato de terceiros (manejo, segurança) e por conta da fiscalização, houve a necessidade de fazer um aditamento nos contratos, e o Conselho participou disso tudo.

O conselheiro disse, ainda, que não há qualquer diferença para o contrato da URBIA, que parece estar criando um cenário diferente. Tem algum entendimento diferente? perguntou.

O Dr. Juliano disse que tem, e era importante estar gravado para que fique claro que a figura do Conselho Gestor não é jamais questionada, nem poderia, já que decorre de lei conforme a conselheira comentou. E seguiu: ***“Acontece que o regime jurídico da concessão, ele tem essas peculiaridades, e isso não retira a competência e atribuição do Conselho Gestor para analisar essas outras áreas que estão fora da concessão, e para sugerir, opinar sobre as áreas, sobre a concessão. Acontece que, do ponto de vista legal e contratual, a fiscalização, por exemplo, o comando e controle, (que é o que***



caracteriza a fiscalização), no caso do contrato de concessão, é do poder concedente”.

Gustavo Razuk entrevistou: “eu entendo isso que o senhor está tentando explicar, é mais ou menos como se fosse o regime do contratado e contratante. Mas, neste contrato, além dessas duas figuras, há um preâmbulo que detém detalhes das leis que vigoram nesse espaço, inclusive, leis de tombamento, por exemplo. E uma dessas leis citadas é a do Conselho Gestor. Então, não estou entendendo qual é o problema. Se o conselho gestor está presente no contrato, não como contratante, mas como parte vinculada, (não sei como é que é o termo correto). Tem alguma questão que impeça ele de exercer as funções que estão previstas na lei que é citada no contrato?”

Dr. Juliano disse: “Não, não, veja, tá, tá certo. As atribuições legais do Conselho Gestor, volto a dizer, não são questionadas. É que, enfim, para o contexto, apesar da minha fala, acho que é importante esse debate, justamente para que isso fique claro.

É que muitas solicitações vindas do conselho gestor, elas extrapolam da função legal do conselho gestor.

Deixa eu dar um exemplo prosaico. O conselho gestor quer saber quais foram os contratos celebrados pela Urbia com eventos que foram realizados aqui.

Essa informação, além de estar protegida por sigilo, ela não é atribuição do Conselho Gestor receber essa informação. Mas o que nos parece, vendo as reuniões, é que o Conselho Gestor entende que seja atribuição dele.

E a princípio tá errado.

Então é nisso que, para gente tentar balizar mesmo, chegar ao entendimento de qual a função que o Conselho Gestor enxerga que ele tem, e qual a função que a Urbia enxerga que ele tem. É só por isso, é só nivelar isso.”

Gustavo observou que entende o que as duas partes estavam discutindo e quem deveria definir essa questão é a Secretaria do Verde; porque o Conselho não é um órgão independente, ele é parte Secretaria do Verde.

Juliana da SVMA disse que quando o Conselho questiona a SVMA, que a Secretaria tem obrigação de repassar informações para o CGPI, “mas, se a resposta é uma resposta de sigilo da empresa, é essa a resposta que vem pra gente. É o sigilo da empresa e a gente vai trazer essa informação. O Conselho Gestor, como a Prefeitura, tem a obrigação de ser transparente.

Então o que a gente tem de obrigação de informar para o Conselho Gestor e para qualquer munícipe que vem pra gente, é via Lei de Acesso à Informação, a gente tem que informar. E a gente sabe qual é esse limite.

Mas, qualquer questionamento que chegar pra gente do Conselho Gestor, a gente vai questionar vocês. Isso não quer dizer que a resposta de vocês, obrigatoriamente, tem que ser atendida. Se a questão é uma questão de sigilo, no vídeo, onde quer que seja. Essa resposta tem que voltar pra gente.



É obrigação da Secretaria do Verde, repassar para vocês, quais são os questionamentos do Conselho Gestor... Porque é exatamente o que está dentro da lei."

Cláudio completou: **"A Maria Helena está indicando aqui, ao que não vou me aprofundar muito mais, a lei que criou os conselhos e a função de fiscalizar e opinar sobre o funcionamento dos parques municipais. Porque esse é o entendimento da atuação desse conselho tem se balizado". Claudio continua: "E eu acho que o foco aqui tem sido muito mais na proteção dos equipamentos, na proteção dos tombamentos, na proteção do meio ambiente, na proteção do entorno do que qualquer outra coisa, do que entrar em dados protegidos por lei.**

Nosso entendimento é que, o que é pedido aqui com recorrência, são autorizações para a realização das coisas, autorizações para intervenções, e para saber se essas intervenções estão ocorrendo dentro dos limites que as leis que se aplicam aqui dentro do espaço do parque estão sendo respeitadas".

A secretária Débora, assim se manifestou: **"Doutor, sou sua colega de profissão e eu quero deixar aqui registrado também a minha discordância sobre a sua fala, tendo em vista que temos aqui uma lei que rege o Conselho Gestor, que trata, sim, de que o Conselho Gestor é um órgão fiscalizador, concordo com a Juliana quando ela fala da questão da transparência, somos um órgão da Prefeitura, fazemos um trabalho voluntário, mas buscamos pela excelência do nosso trabalho, de acordo com ditames da lei 15.910 de 2013, que ainda vige.**

Aí eu queria saber, ficou uma dúvida, o porquê dessa interlocução do senhor em nome da URBIA, que me parece, me corrija se eu estiver errada, que parece ser um tanto, um cerceamento do trabalho do Conselho Gestor, né? E eu já queria dar a resposta para o Samuel: eu não consegui, eu tive uma série de problemas, não consegui ouvir o áudio, eu mal consegui fazer a ata, mas isso está pendente, eu vou fazer sim, eu vou dar o retorno de qualquer forma na próxima reunião, tá bom? Eu vou fazer isso, sim.

Então eu queria que o Dr. Juliano, é isso? Que trouxesse para a gente um pouco, esclarecer um pouco, do porquê desta ação agora, desta manifestação, que a meu ver parece ser um cerceamento do trabalho do Conselho Gestor, que desde o início, prima pela, sempre recorre à Secretaria do Verde, exigindo até a transparência do trabalho. Eu acho que isso deixa tudo mais claro e deixaria o Conselho bem mais tranquilo também. Encerro minha fala por aqui, obrigada".

Débora continuou... **"Além de termos os ditames da lei, temos uma decisão judicial também, quando, na época, foi uma ação judicial do Ministério**



Público, de um vereador de São Paulo, cuja sentença está bem expressa, que o Conselho Gestor do Parque Ibirapuera é fiscalizador, tá bom? Se precisar dessa sentença, eu posso encaminhar. Obrigada.”

Gustavo falou que entra em uma questão de esfera jurídica, "pois sempre foi falado que o Conselho não teria modificação na sua operação, como um ente concessionado ou não; que ficou surpreso com esses questionamentos, por que sempre foi falado nas conversas com a Secretária do Verde, com Tamires, com Ravena, sempre explicaram que a concessão vinha para melhorar e que não mudaria nada, inclusive o conselho teria a mesma formação, mesma estrutura e teria a mesma participação, prevista em lei.”

E fez um pedido para que o jurídico da Secretária do Verde, com base neste posicionamento da URBIA, tome uma posição para indicar qual a sua leitura, se é a mesma de antes da concessão, ou dizer se algo mudou.

O conselheiro Augusto se manifestou sobre as falas acima. Disse que leu o artigo/lei, e toda a pauta. Sendo assim, para ele ficou claro que a função do Conselho Gestor não tem poder de polícia; que o Conselho tem apenas trazer opiniões do público do parque, do segmento frequentador, dar ideias, para tentar retificar, e não para procurar documentos, nem saber de onde vem e pra onde vão estes documentos. Que a missão do conselheiro é ouvir o povo e trazer a voz do povo para o Conselho, para trazer melhorias para o parque. E que cabe a SVMA, junto com a URBIA, acatar algumas ideias, ou pegar as ideias dos conselheiros, reformular e trazer algo de melhor.

2. MARQUISE

A equipe da SVMA, Divisão de Implantação, Projetos e Obras (DIPO) composta pela arquiteta Isabela Armentano, o arquiteto André Lisboa e a coordenadora Ingrid Bisterzo estiveram na reunião para esclarecer dúvidas sobre a reforma da Marquise.

Gustavo solicitou atualização das informações de novembro de 2022 até hoje, dezembro 2023

Isabela: “Foi em dezembro, né? A gente teve vários problemas ao longo daquele contrato. Acho que naquela ocasião a gente já até comentou com vocês do com escritório contratado. E aí, no fim, a gente acabou partindo por uma rescisão parcial do contrato.

O que a gente recebeu, a gente conseguiu finalizar internamente, ajustamentos, para mandar pra licitação de obra. E a gente atrelou, com projetos executivos, à licitação de obra, porque aquele contrato era de projeto básico e executivo. E pra gente fazer uma licitação de obra, a gente precisa do material pro projeto básico. A exigência é essa.

Então, o que a gente tinha de executivo, que é o sistema de estrutura que a gente

recebeu, a gente conseguiu enquadrar para a licitação. E na licitação de obra, a gente colocou algumas pranchas de executivo pra detalhar o que o escritório não foi capaz de detalhar. Então, a gente partiu para essa rescisão parcial do contrato e encaminhamos, esse ano, a licitação de obra com esse material.”

André explicou que: “Eles entregaram uma, vamos dizer assim, o que eles consideravam como projeto executivo, mas todo o material não tinha este detalhamento, que a gente pudesse, não no nosso tema, [...] com outras questões técnicas, ele não era considerado um projeto executivo, que a gente pudesse levar ele para uma execução de uma obra no nível da Marquise”

A Isabela continuou: “Na verdade, tinha alguns esclarecimentos que eram necessários, né? Até para os órgãos de tombamento, detalhamentos que eles conseguiram chegar, eles não respondiam os questionamentos, nem os nossos questionamentos internos. Então, a parte do executivo e da estrutura, eles entregaram e a gente aceitou. E acho que mais alguns executivos. Acho que teve alguma coisa relacionada a [...], paisagismo [...] e o projeto básico do restante da disciplina. E aí a partir deste projeto básico a gente conseguiu finalizar o orçamento e caminhamos para a obra. E aí esse ano a gente mandou a licitação de obras. No meio da licitação houve um questionamento do TCM, porque a gente tem conhecimento em relação ao edital e ao orçamento. A gente fez uma mesa técnica lá, exatamente, em agosto, 15 de agosto, e aí a gente participou dessa mesa, fazendo os esclarecimentos, a gente fez vários ajustes que o TCM verificou, que a gente acabou fazendo vários ajustes e respondendo ao TCM, e parece que a licitação está suspensa por conta desse questionamento.”

Juliana explicou que a licitação foi suspensa por conta de um ofício da URBIA que solicitava que a obra fosse incorporada em contrato de concessão.

A Isabela continuou: “Então com essa situação, então até hoje tem respondido alguns questionamentos do TCM, isso vai [...], faz parte do nosso trabalho, estamos acostumados com este tipo de coisa. E é isso, a gente até trouxe o último orçamento que a gente fez, com base nos questionamentos do TCM, várias coisas a gente acatou, dessa última solicitação dele, praticamente tudo, menos a questão do cimbramento, eu acho”.

André: “Acho que da última não teve questionamento, mas na anterior sim”.

Isabela: “E aí todo cimbramento eu acho que a gente manteve, porque a gente vai cimbrar todos os pilares, que é uma escora, em cada um dos pilares, para fazer a demolição e para a Marquise não ceder, basicamente é isso, mas estou tentando resumir aqui de uma forma menos técnica.

E aí, no projeto que a contratada nos forneceu, o cimbramento aconteceria na marquise toda. O TCM questiona isso. E é uma coisa que a gente não pode, tendo responsabilidade técnica do projetista. A gente resolveu não abrir mão de cimbrar a Marquise de toda.

Lógico que o contratado da obra diz que não há necessidade, que ele vai ter uma

responsabilidade técnica, perante a isso também. Aí, basicamente, a gente faz um aditivo para menos e não paga esse serviço. Mas, por ora, a gente decidiu não ter isso no orçamento para os cimbramentos da Marquise toda.

Eu acho que esse é o ponto mais questionável no orçamento.”

O André completou: “A gente ainda complementou na resposta, que é uma coisa de praxe nossa. Eventualmente, a contratada, caso não haja uma alteração de projeto ou aditivo relacionada a isso, a gente só paga o que executa. Se de fato ela não cimbrar a marquise toda, dentro daquele orçamento a gente vai pagar exatamente o que foi feito. Isso a gente deixou claro [...]. Ele estava falando que teria que ser cimbrado para o período. Só que, como a estrutura da marquise está ligada como um todo, e ela também está muito frágil em algumas questões, então a gente preferia [...] com essa questão, porque é mais técnica do que responsabilidade técnica.”

Isabela: “É, segurança é uma forma de nos respaldar tecnicamente também. Porque fomos fiscais do projeto, seremos fiscais da obra, então a gente também peca pelo excesso, às vezes. Então, acho que é melhor nessa linha.

Então, foi basicamente isso que o TCM, obviamente [...] em questionar, mas o veredito final é nosso, como técnico, né, e se [...], a gente decide se vai integrar ou não o material do edital. Basicamente é isso.”

Gustavo perguntou o que vai acontecer com ela, como ficará depois da obra e se algo será alterado?

Isabela disse que a Marquise ficará “com a cara dela”

André: “Eu acho que na verdade ficou assim, aberto, porque o DPH pediu pra gente revisar e fazer [...] E acho que o único ponto, as questões que o DPH está avaliando é com questão a Platibanda. Porque eles conseguiram encontrar o histórico que ninguém tinha exatamente assim, muito certo. E talvez o risco da marquise não fosse Platibanda, então isso ainda tá sendo estudado por eles.”

Isabela: “Então talvez mude esse aspecto visualmente os pilares talvez serão de concreto aparente, porque eram inicialmente de concreto aparente, mas isso não está ainda decidido. E essa questão da platibanda, essa moldurona que tem a Marquise que provavelmente diminua, por uma coisa mais leve, por conta de uma solicitação do DPH.

Como a gente estava no final do contrato e a empresa não estava detalhando muito bem essa solicitação técnica, isso a gente também vai passar para a obra.

E aí basicamente o que vai ser feito na Marquise é um reforço estrutural da laje, de todas aquelas camadas de impermeabilização. Isso vai muito dinheiro, né? Então, esse orçamento pesa muito, porque é demolição, retirada, de todas as camadas, e o reforço estrutural tanto do pilar e da laje, [...].”

André e Isabela: *A gente já, basicamente, está reconstruindo quase todas as tubulações de drenagem. Então, o que a gente quer é um melhor liberamento, principalmente por um sistema mais moderno para evitar o acúmulo de água. Esse é o grande problema hoje da Marquise, é esse acúmulo de água. na cobertura E aí, basicamente, então é isso, né? Esteticamente, talvez, tenha essas duas mudanças e é recuperar Marquise, tanto estruturalmente como visualmente."*

Gustavo perguntou sobre a questão aberta da conexão da Marquise com o Auditório e o André disse que não será feita.

Questionada pelo Cláudio, Isabella disse que a obra deve durar em torno de dezoito meses

Gustavo perguntou sobre os valores e sobre o TCM, se explicaram alguma melhoria para os cofres públicos? Porque aqui nós estamos falando de recursos públicos.

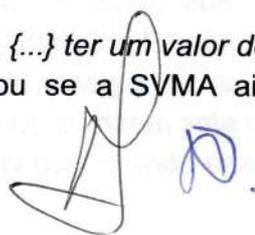
Isabela assim respondeu: *"Saibam que nós, como servidores públicos, temos todos os comprometimentos também. Nosso nome, nossa carreira, como fiscal. Então, eu queria só pontuar isso antes da gente continuar. Em relação aos questionamentos do TCM, os primeiros questionamentos houve até um acréscimo de valor do no nosso orçamento, por conta de uma notificação que eles tinham detectado."*

Gustavo perguntou se não tem nada para conseguir diminuir o custo de 70 milhões, que foi informado?

André respondeu que não, e continuou: *"O que acontece é, por exemplo, você vai fazer uma casa. Simplesmente o empreiteiro consegue te dar um desconto com algum material que ele vai conseguir algum desconto considerável. É só isso. O valor não diminui ou aumenta, na verdade, por conta da quantidade de metragem quadrada. A gente não usa exatamente a área, [...] e usa a mesma parte, a mesma quantidade, para toda aquela área. Se ele vai multiplicar tinta, ele vai pegar e multiplicar pela aquela área de tinta que ele vai comprar."*

Isabela: *O orçamento público é feito dessa forma, né? Então, como crescimento de área da tabela, ou, aliás, a composição, que a gente faz uma pesquisa mercadológica para compor o item, e multiplicamos pelo quantitativo, né? E aí, isso vai aparecer [...] Talvez quem vai fazer a obra consiga mais, porque às vezes a [...].*

Gustavo: *"É, porque realmente assusta, {...} ter um valor desses, é bem elevado."* Referente ao TCM, Gustavo perguntou se a SYMA ainda tem obrigações de responder aos questionamentos deles.



Isabela e André disseram que tudo que é feito é público, e o último questionamento que o TCM fez, por exemplo, era para ter maior detalhamento de como fazer a limpeza da laje e como fazer o reforço estrutural.

Isabela sugeriu ao conselho enviar perguntas ao TCM e foi informada que já haviam feito esta solicitação.

Gustavo perguntou "o que exatamente o que está acontecendo negocialmente URBIA, Secretaria do Verde? Qual caminho está tendendo a seguir este processo?"

Juliana respondeu que o TCM questionou e informou a Secretaria do Verde para se posicionar e qual era a decisão dela. "E ela se posicionou a favor da obra da Marquise e de [...] o contrato de concessão. Isso passou pelo nosso jurídico, pelo parecer jurídico do nosso jurídico, e agora foi encaminhado para a Secretaria de Governo, para a Secretaria de Desestatização. E é o conselho da Secretaria de Desestatização que vai decidir se isso entra no contrato, como aditamento do contrato de concessão ou volta para a gente para ser licitado."

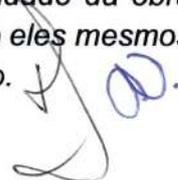
Gustavo perguntou se foi uma decisão técnica ou estratégica para a SVMA?

As duas coisas, respondeu Juliana. "Para as obras da Secretaria do Verde, estou falando da Secretaria do Verde, é muito mais vantajoso que a obra seja feita pela Urbia do que seja feita por uma outra contratada numa licitação, por vários motivos. Primeiro porque a URBIA, por 35 anos, é responsável pela concessão e ter uma outra empresa, fazendo uma obra dentro de uma ...

Se a gente já tem problema, com a quantidade de terceirizados aqui dentro, a gente vai ter mais problema com uma empresa que vai fazer uma obra e se essa obra não ficar boa o suficiente, a gente vai ser responsável por essa obra e vai ser cobrado da concessionária que a obra não foi [...] por 35 anos."

A conselheira Cláudia ressaltou que de acordo com o Código Civil uma obra tem garantia de 5 (cinco) anos. Juliana confirmou.

Juliana continuou explicando que as últimas obras que a SVMA tem licitado de requalificação de parques, a secretaria tem tido muitos problemas com as empresas que estão fazendo estas obras. "Muito problema. É um problema tocar obra, é um problema fazer com que eles façam a obra, é um problema rescindir contrato com eles. Então, aos olhos da Secretaria, a gente vai cobrar uma empresa só, que é a Urbia, não! É a CONSTRUCAP na verdade. Se a obra tiver algum problema durante 35 anos, a gente tem 35 anos de validade da obra. Se alguma coisa acontecer, são eles mesmos que vão arrumar. São eles mesmos que vão se responsabilizar por essa obra. E isso vai estar no contrato.



E a obra vai ser feita... eles apresentaram [...] o desconto que eles vão dar...e a obra ser feita em menos tempo do que 18 meses, vai ser mais rápida, porque para eles é mais interessante que seja finalizada rapidamente.”

Isabella disse que a DIPO fiscalizará e acompanhará toda essa obra.

Juliana: *O contrato “vai ser como... esta obra vai ser..., como uma obra, um contrato de licitação. O que se paga é o que é pedido; não é pagar o valor integral e a Urbia faz. Então, o DIPO fez, pediu, pagou, como a gente faz com qualquer obra e tem a fiscalização de DIPO, que não é uma fiscalização; vocês acham que a fiscalização da concessão é difícil? [...] a DIPO é mil vezes pior que a gente. Então, ser fiscalizado por eles, não é fácil. [...]”*

Gustavo: *“Obrigado por este esclarecimento técnico, especialmente ajuda a gente , acompanhando melhor. Marquise, pronta. Como vai ser a intervenção da Secretaria do Verde e da Urbia em relação ao funcionamento dela? Porque há algumas questões que estão no plano diretor, mas não foram 100% trabalhadas. A gente vai ter um trabalho da Secretaria do Verde no ano que vem para trabalhar na revisão do plano diretor, pensando na marquise?”*

Juliana: *“A gente deveria ter começado este ano. Por isso foi um dos pontos que eu pedi para colocar na pauta, porque a gente tem que trabalhar na revisão do plano diretor no Conselho Gestor, para inclusive ficar registrado na ata do Conselho Gestor as notificações.”*

Juliana continua: *“Essa revisão que a gente vai fazer por 5 anos não é uma revisão diretora, a gente vai revisar os pontos que estão ali, ou que...precisam de ajuste... As atualizações e o que ficou meio contraditório, a gente vai revisar nesse momento.”*

Nessa revisão está inclusa a atualização do inventário da fauna? perguntou Claudio.

Juliana: *“Sim, [...] tinha dito antes [...] inclusive de legislação, né? [...] para terminar o inventário das 16 mil árvores que tem dentro do Ibirapuera. Então isso também integra a revisão do plano diretor.”*

Gustavo: *“Vocês estão negociando um aditivo e eu imagino que a marquise é um dos temas que está sendo colocado, desde que veio a pandemia, tem sido falado neste aditivo. Você pode falar um pouco do que está acontecendo nessa negociação?”*

Juliana: *“Eu não vou lembrar tudo que está no aditivo. Tem o objetivo de prazo de algumas obras, de algumas intervenções que ficaram prejudicadas durante o período da pandemia. Isso foi pedido em 2020. Existe um aceite do gabinete, que eu*



sei que via SEI. E agora vai ser formalizado via [...] do contrato. {...} mas é um aditivo do contrato."

Gustavo: Já teve um... Prolongou o prazo, né, para execução das obras em seis meses, né?

Juliana: Alguma obra sim. Isabela e equipe se despedem e se dispuseram quando necessário, trazerem outras informações.

3. Guarda Civil Municipal

Dando continuidade aos itens da pauta, Cláudio solicitou a fala da GCM enquanto aguarda o retorno da Regina Monteiro

O representante da GCM, que representou o Inspetor De Paula, que estava de férias, informou que há 5 dias a guarda teve uma reunião com a Prefeitura e com a Urbia, informou que as viaturas de policiamento continuam no parque.

Gustavo agradeceu a explicação e informou que: *"no mês passado, ocorreu um caso desagradável, de um assalto na rua Leiria. Infelizmente, a pessoa que assaltou, o grupo que assaltou, veio pelo parque, pulou o muro e entrou na casa. Vocês acompanharam o caso, tanto a URBIA quanto a GCM? E o que pode ser feito para evitar esse tipo de acontecimento de novo?"*

O representante da GCM disse que com a ajuda da URBIA, encaminham os casos para a delegacia de polícia.

Questionado sobre a existência de planejamento extra, mais ostensivo, para atender a segurança, principalmente nessa época de final de ano, o representante disse que a corporação está com nove viaturas atuando na área da Vila Mariana, que dão apoio ao pessoal da fiscalização do comércio irregular e dentro do parque, e que tem duas viaturas compostas por oito integrantes.

Samuel disse que teve uma reunião com um morador da região para falar sobre o crime, e a URBIA ofereceu para os órgãos competentes as imagens da pessoa entrando pela frente do parque e saindo por trás.

4. CPPU

O próximo tema da pauta foi sobre a CPPU. A presidente Regina Monteiro e a equipe participaram da reunião fazendo uma retrospectiva dos fatos ocorridos desde a reunião do CGPI (no parque Ibirapuera) em que ela e a Sônia (da CPPU) participaram presencialmente.

Comentou que como combinado, houve depois uma nova reunião na SMUL no dia 27 de setembro de 2023, junto com a SVMA, Urbia e Conselho Gestor, onde foi acertado que a CPPU pararia com todas as aprovações, enquanto não houvesse

uma direção a seguir, e que a Comissão vai indeferir todos os processos, porque não obtiveram nenhuma informação da URBIA, após esta reunião.

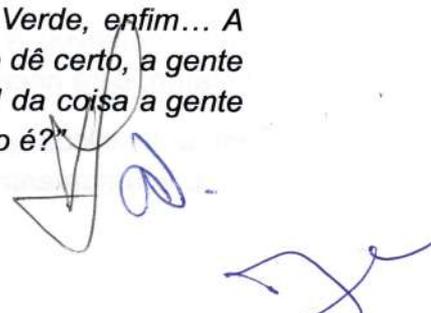
A Regina disse: *"foi uma reunião ótima na São Paulo Urbanismo, e depois a gente não teve retorno, não teve devolutiva. Ficamos aguardando, eu falei que não ia dar andamento em nenhum processo, porque a gente não tinha visual do todo. Como é que a gente vai aprovar, que nem Jack Estripador, tudo em pedacinhos, se a gente não tem um visual de tudo o que está acontecendo no parque? Tivemos a... a gente apresentou na CPPU o projeto da Centauro, tive que tirar de pauta para que a gente fizesse, então, uma parceria com a Urbia, e não tivemos então o retorno da URBIA."*

A Angela (CPPU) disse que estão trabalhando nos processos da URBIA. Deu um levantamento: a CPPU tem de 15 a 20 processos; que após a reunião do dia 27 de setembro, com a URBIA e CGPI, foram direcionadas algumas tratativas para dar os devidos encaminhamentos. E completou: *"Com relação ao plano diretor, nada nos dados foi fornecido, a gente pediu até mesmo, foi informado que eles teriam o manual de comunicação visual já elaborado pela área de comunicação da URBIA, o que ajudaria muito no trabalho compartilhado por um grupo de trabalho, né? Solicitamos até um cronograma de entrega desses documentos, tanto do plano diretor, quanto de um plano de comunicação, quaisquer materiais documentais que pudessem colaborar para a gente poder dar andamento."*

Eu saliento mais uma vez e agradeço, né, a Débora e a Sílvia, que fizeram a gentileza, né, do grupo todo, foram as únicas representando o conselho de vocês, que colaborou no fornecimento até mesmo de atualização do material gráfico que a gente tinha com relação às fotos de eventos que já ocorreram, né? ...liguei para a gerente de projetos da URBIA e ela informou que está elaborando o projeto e entregá-lo em poucos dias, mas não tivemos nenhum tipo de retorno."

E foi nossa primeira surpresa quando, no dia 29 de novembro, entrou um novo processo da URBIA para o Natal, tem um nome específico, eu tô sem ele anotado aqui, me desculpem."

Regina salientou que: *"não é possível aprovar uma coisa em dois dias? Todo mundo viu que a árvore está lá, não tem como a gente aprovar. Quer dizer, a gente estabelece uma relação de proximidade com o pessoal da concessão e a gente não tem resposta e a gente continua não sabendo o que a gente vai aprovar no campo visual das coisas. Se a gente não sabe a proximidade, a gente não tem o material, enfim, para a gente ter realmente o impacto disso, sem contar, é lógico, como eu vi vocês falando, dos tombamentos, da Secretaria do Verde, enfim... A gente quer ajudar, a gente não quer... A gente quer que o parque dê certo, a gente tem bons retornos de usuários. Então, assim, agora a parte legal da coisa a gente tem que garantir porque a concessão pressupõe isso também, não é?"*



A conselheira Débora perguntou sobre os SEIs e se a CPPU poderia fornecer, ao que Juliana disse que os SEIs já estão no arquivo que URBIA vai disponibilizar no drive.

A Débora, também, questionou se há alguma aprovação da Isdin (cosméticos) que tem um quiosque no parque. A Ângela respondeu que não tem autorização.

A conselheira Débora, dirigiu-se ao advogado da empresa e fez uma observação: "Dr. Juliano para reafirmar um pouco a necessidade que o Conselho Gestor tem, além da conta, de fiscalizar, porque muitas coisas não são apresentadas e são feitas sem aprovação. Essa é a grande preocupação do Conselho Gestor, não só com o parque, como com os usuários, como com a fauna e a flora. Eventos ou obras são feitas sem a total, quer dizer, nem sempre tem autorização para se fazer as coisas dentro do parque... Essa grande preocupação, pelo menos da maioria do Conselho Gestor.

E perguntou para a Juliana o que acontece quando não há um encaminhamento de projeto para a CPPU?

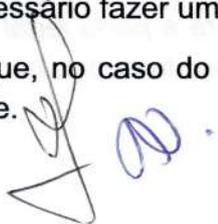
Juliana respondeu que normalmente o que a CPPU faz é encaminhar para a SVMA as negativas dos processos que são encaminhados da CPPU para a Secretaria, que por sua vez vai decidir o que fazer. Isso mesmo. Enquanto do contrato.

Regina disse que a CPPU vai analisar os processos um por um, desde que realmente apresentem e com algum tempo hábil.

Samuel disse para Regina: *"nós contratamos duas empresas naquele momento para executar esses manuais. Uma mais de regulamentação técnica e de atividade e uma muito mais em relação ao design, tá? Estão em produção. Eu peço desculpas se não foi combinado esse cronograma. Acabei de cobrar aqui da minha equipe. Eu tive mudança interna no time, sim. Não sei exatamente as pessoas que você trouxe aí. Nós trouxemos mais ou menos os cargos, mas você falou os nomes. Então, não sei exatamente se são as pessoas que estão lá com a gente no time hoje. De qualquer forma, amanhã mesmo eu pedi para o time entrar em contato com a CPPU e fazer esses combinados aí de prazo de entrega para que a gente possa dar finalidade a esse manual, tá? E aí o que acho que foi de entendimento para a gente é que esse manual seria basicamente das atividades permanentes do parque. Não permanentes, mas, digamos, de longa duração. Mas eu não tinha entendido também que entraria para eventos. Então, acho que isso é uma coisa que a gente pode deixar mais clara também nessa conversa de amanhã com vocês."*

Regina enfatizou a necessidade de se padronizar e o que for extra, como foi a Centauro, será necessário fazer uma plenária com uma deliberação especial,

Samuel justificou que, no caso do Natal, a URBIA teve uma mudança, e teve que fazê-lo internamente.



Regina sugeriu à URBIA fazer um manual de eventos anuais, como o Natal, para oferecer para os parceiros, e por fim, informou para a Juliana que a CPPU vai indeferir todos os processos que não tiveram respostas, inclusive do Natal, já que não têm como aprovar alguma coisa que já está pronta.

Samuel se comprometeu a acompanhar pessoalmente as questões com a CPPU.

A Regina e a Angela pediram para que a URBIA informe qualquer alteração na URBIA, e a apresentação do Plano Diretor do parque, com fundamentação e justificativas, bem como o cronograma de eventos, um telefone de contato,

A conselheira Sylvia se manifestou para agradecer a presença da Regina, e Angela da CPPU e explicou que tanto a Débora como ela participaram da reunião em nome do Conselho Gestor, e que colaboraram enviando para CPPU imagens do parque, o que foi solicitado na reunião conjunta com a Urbia, SVMA e CPPU. Reforçou o papel do Conselho Gestor como um órgão fiscalizador já que deixou de ser deliberativo.

Perguntou, ainda, para a Regina, se autorizaram a publicidade luminosa de produtos/cremes na lateral da loja/quiosque da ISDIN.

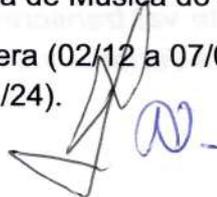
Sylvia comentou que já questionava o Gustavo Cunha, que representava a Urbia nas reuniões anteriores, sobre o tamanho das logomarcas dos patrocinadores no parque, e ele respondia que não era o papel da URBIA fiscalizar, e que era responsabilidade da produtora que realizava o evento ou obra. Por este motivo ela reforçou a necessidade de se ter um manual que oriente uma padronização na exposição/divulgação das marcas das empresas no parque, baseado nas diretrizes da Cidade Limpa.

5. URBIA: Apresentação dos eventos

Samuel apresentou uma tabela dos vários eventos pagos e gratuitos realizados dentro do parque nos meses de novembro e dezembro, com fotos, contendo:

Novembro: 1) Semana Renner Cultural (05/11/23); 2) Natura Todo Dia (10 à 12/11/23); 3) O Praiou com gravação do DVD do Matheus & Kauan (11/11/23); 4) Sorteio do Paulistão 2024 (16/11/23); 5) ISDIN - POP UP Store (20/11) loja com vendas e atividades ao ar livre; 6) Lançamento COPINHA 2024 (22/11); 7) O Boogie Week (25/11); 8) O Festival Criativo (25 e 26/11); 9) Run Your Run (16, 23 e 30/11); 10) Piknic Electronik -7(02/12); 11) Round 6 (9/12); 13) Concerto de Final de Ano com Orquestra Furiosa e Convidados (08/12); 14) Apresentações gratuitas na Arena da Marquise com os Alunos da Escola de Música do Auditório Ibirapuera;

Dezembro: 01) Natal no Parque do Ibirapuera (02/12 a 07/01/24); 2) Quebra Nozes (12 a 19/12); 3) Cyber Arena (18/12 a 31/01/24).



6. SUSTENTABILIDADE

Na questão de sustentabilidade e biodiversidade, Samuel comentou que estão pesquisando uma empresa para contratar para o ano que vem. Isso não é uma obrigação contratual, mas é um objetivo da Urbia

Paulo sugeriu que este tema volte na próxima reunião.

7. SOLICITAÇÃO DA CARTA AO ADVOGADO

Samuel disse que precisaria sair por conta de compromissos: ***“E a gente precisa sair aí, porque a gente tem compromissos, dezembro é complicado, né, gente? Mas quero agradecer a colaboração de todo mundo e desejar a todos ótimas festas, final de ano, bom ano ao Parque Ibirapuera, é isso. Muito obrigado e feliz Ano Novo, feliz Natal e feliz ano novo para todo mundo. Obrigado.”***

Gustavo: ***“Posso fazer um pedido. O doutor vai deixar a carta? Não, não, mas o senhor leu, eu acho que é importante deixar aqui que vai ser levado para a Secretaria do Verde. Nós agradecemos se puder deixar.”***

Juliano: ***“Não”***

Gustavo: ***“Mas o senhor vê, eu estou oficial aqui, agora é um comprometimento. O senhor, por favor, entregue para nós. Então, eu queria deixar consignado aqui que o doutor não quer deixar a carta que ele leu.”***

Dr. Juliano: ***“Pode deixar consignado. Inclusive eu li, eu falei muito além do que está escrito, então. Mas está gravado.”***

Gustavo: ***“Mas eu acho que é uma questão formal da Urbia, então podia deixar formal.”***

Juliano: ***“Não é formal “***

Gustavo: ***“Porque nós não temos como responder. Eu não sou advogado, também não vou contratar um advogado para ficar me defendendo e correndo atrás de mim o tempo todo. Eu gostaria só que fosse encaminhado para a Secretaria do Verde, conforme nós deliberamos sobre o tema.”***

Juliano: ***“A Urbia não tem sequer assento nesse conselho. Então vai ficar consignado aqui na gravação”.***

Juliana: ***“Gustavo, a gente vai transcrever e a transcrição a gente passa para avaliar o que a Assessoria Jurídica vai falar”.***

8. REGIMENTO INTERNO - PLANO DIRETOR

Juliana informou que a árvore que caiu sobre o telhado da escola de jardinagem no Campo Experimental já foi retirada, e a manutenção do espaço está dentro do contrato de concessão. Assim, a Urbia tem, por obrigação, arrumar este espaço que já entrou na programação, mas sem prazo para a realização. Foram abordadas a necessidade que tanto o Regimento do CGPI quanto o Plano Diretor do parque sejam atualizados o quanto antes. Definiu-se que em janeiro o conselho dará início à esses trabalhos

Cláudio sugeriu que o CGPI comece janeiro trazendo sugestões de alteração e propor um novo regulamento atualizado, que seja adequado à situação atual (parque concedido à iniciativa privada), que reflita as experiências e fortaleça o que a própria lei garante ao Conselho Gestor

Juliana está preocupada tanto com a eleição do Conselho Gestor quanto com a revisão e alterações do Plano Diretor. Propôs que estudassem o regimento conjuntamente, como também começar a revisão do Plano Diretor do parque. *"É preciso criar um cronograma de trabalho conjunto"*. Antes da aprovação, o PD precisa ir para uma consulta pública.

Apontou a importância de trabalhar a revisão também com a participação das Secretarias da Cultura, CPPU, Esportes, Saúde e Educação.

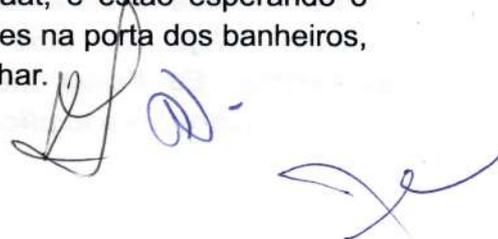
Claudio completou que contava com a presença destas Secretarias nas reuniões do Conselho, que fortaleceriam mais os argumentos e preocupações que sempre surgiram, ajudando a defender as políticas públicas da concessão, e o próprio contrato da concessão. Mas infelizmente as Secretarias indicavam um nome que nunca aparecia para substituir os conselheiros representantes que não compareciam.

8. RESPOSTAS DOS OFÍCIOS PELA SVMA

Gustavo pergunta se a concessionária está descumprindo o contrato ou não? Se a SVMA está fazendo esse levantamento? Como está esse descumprimento do contrato em relação ao prazo de entrega do Caderno de Encargos?

Juliana responde que:

- Já existe um parecer no SEI do gabinete, indicando esse prazo. Então o aditivo será incorporado ao Contrato. Eles estão ainda dentro dos prazos contratuais. O prazo é apertado, mas eles vão cumprir em relação ao que tem que ser entregue de obra pela obrigação contratual. *"A Urbia vai entregar dentro do prazo"*.
- Os sanitários passaram por aprovação do Condephaat, e estão esperando o Compresp, aprovar A pendência é por conta dos bebedores na porta dos banheiros, por uma questão de arquitetura, que ela não soube detalhar.



- Uma nova equipe de engenharia começou, Fabiano e Ana. *“Eles têm mostrado um bom planejamento e respondido prontamente quanto às aprovações dos órgãos de tombamento”*. Apresentam os projetos das obras para todo mundo ao mesmo tempo de uma forma única; *“Então, facilitou muito para acompanhar as obras agora. E assim, parou de inventar coisas e estão seguindo com a obrigação contratual”*.

Gustavo resume que, a Urbia está atrasada, mas como conseguiram um dilatamento de prazo em função da pandemia, agora devem conseguir cumprir o prazo.

- Avisou que a reunião de 14/02/ 2024 do Conselho será no Carnaval. Foi aprovada a antecipação de 14 para 7 de fevereiro, em formato híbrido.

- Outra questão abordada foi o drive; Juliana respondeu que estava sobrecarregada e explicou que na Urbia substituíram a pessoa que subia a planilha e que na SVMA já está solicitado mais atenção para subirem as planilhas e ofícios, antes da reunião acontecer.

- Gustavo diz que em relação às respostas dos ofícios enviados à SVMA, o Conselho recebeu respostas bem diferentes do que era esperado. Lembrou da reunião com Ravena, que prometeu reuniões trimestrais, com os conselheiros, que não aconteceram.

Enfatizou que os conselheiros querem ser vistos como parceiros *“a gente não quer atrapalhar, a gente quer ajudar”* e também que a SVMA tenha mais recursos para não ficar na mão de poucas pessoas, quando é solicitada alguma informação. Que a SVMA tenha subsídio de atender, pois não é o que acontece agora.

Exemplificou a resposta do ofício enviado solicitando informações do Plano de Intervenções. O conselheiro sugeriu uma carta inicial da SVMA, explicando, respondendo e orientando os “500 documentos” colocados no drive, ao invés de enviar o SEI sem orientação nenhuma, onde também não se sabe o que está valendo ainda ou não. Ou seja, o objetivo do ofício não foi respondido.

Outra sugestão, talvez mais fácil, é vir um profissional em uma reunião pessoalmente e explicar e tirar as dúvidas.

8. SOLICITAÇÃO DE RESPOSTA AO JURÍDICO DA SVMA

Gustavo finaliza dizendo que como participante do Conselho e munícipe, gostaria muito da ajuda da Secretaria do Verde em responder à Urbia, porque os conselheiros foram ameaçados na reunião.

(2:26:24) *“Hoje foi uma ameaça. Muito triste trazer advogados para representar. Eu ficava muito mais feliz quando eles traziam técnicos, e estavam dispostos a explicar as coisas”*



“Foi uma postura intimidatória. Infelizmente foi dessa forma. Você percebeu, todo mundo que está aqui percebeu, e não precisava ser desse jeito.”

Claudio complementa, que foi intimidatória e [...], que o documento foi solicitado ele não foi entregue. A Urbia não quis tornar oficial e não quis entregar o documento.

Juliana responde que estamos numa reunião do conselho e vai entrar na ata. E Cláudio afirma que será tomado o cuidado de se fazer a transcrição bem detalhada dos diálogos, para constar na ata.

Juliana: ***“E eu repito o que eu falei lá. Se tiver alguma coisa que for sigilosa por uma questão empresarial, sei lá, compliance, o que quer que seja, a gente sempre oficia, em qualquer circunstância, a gente vai officiar.”***

Diz que são muitos requerimentos de informação de todos os lados ao mesmo tempo. Temos que levantar os dados e as informações para responder. Vemos essa demanda crescer absurdamente. E são sempre as mesmas três ou quatro pessoas, tecnicamente, que podem responder esses questionamentos. O treinamento para novos é muito demorado e não é fácil nem de transmitir, nem de fazer com que a pessoa escreva da forma que ela tem que escrever.

Finalizou dizendo que entendeu o problema, pela forma que foi escrita a resposta do ofício.

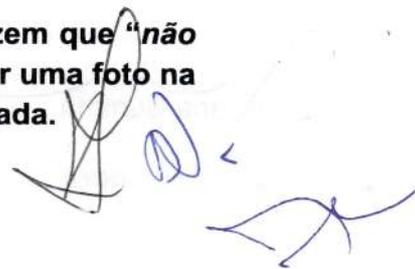
Maria Helena diz: minha fala é em relação ao advogado. ***“Eu peço em nome do Conselho que isso seja levado para o jurídico da Secretaria do Verde, para que eles analisem, porque eu acredito que o senhor em questão, ele desconhece as leis da Prefeitura. E a Prefeitura é muito mais organizada do que a empresa dele. Ela tem um nome, ela é uma empresa super digna. Então, tem gente com muito conhecimento”.***

Juliana responde: ***“Sem dúvida, vai para o jurídico. Isso, com certeza”.***

Claudio: ***“E tem uma questão, de novo, tentando trazer um olhar mais sistêmico, que extrapola a relação Urbia - Verde - Parque Ibirapuera, ela é Poder Público / Empresa Privada / Parque concessionado, num ambiente, no município, que está se replicando com uma quantidade absurda. Então, é uma ótima e necessária oportunidade para a Prefeitura se posicionar”***

Sylvia complementa que outros parques também serão concessionados e questiona a intimidação ocorrida, se cada futuro concessionário irá dizer o que pode ou não pode ser feito pelo Conselho Gestor de parque.

Trouxe a dúvida em relação à carta do advogado, quando dizem que ***“não permitem serem fotografados ou filmados”***. Por exemplo, tirar uma foto na e da reunião. A reunião é pública. É aberta. E está sendo gravada.



“Então pode-se fotografar ou gravar uma fala ou não? Temos que saber isso também”.

Juliana: ***“Então, pode incluir essa informação para o jurídico”.***

Maria Helena acrescenta que ***“a Prefeitura tem a Lei da Transparência”.***

8. FINAL

Gustavo levanta outro tema sobre o tornado, onde caíram muitas árvores e que ainda permanecem no chão do parque.

Juliana: Na emergência, eles tinham que tirar do caminho e obrigatoriamente eles tinham que fazer laudos de supressão ou de poda, dessas árvores. A SVMA autorizou no emergencial, que eles tirassem as árvores em risco. A agrônoma ainda está fazendo laudos de supressão ou de poda dessas árvores ainda caídas.

Continuando, disse que a URBIA encerrou com a empresa terceirizada que estava no parque antes da concessão. Uma nova empresa do grupo Construcap assumiu, e vai trabalhar com manejo e zeladoria. *“Essa empresa assumiu, acho que quatro dias depois, aconteceu o vendaval. Então, eles não estavam nem... não tinha nem planejamento do que iriam fazer em relação ao manejo quando aconteceu isso”.*

Ontem (12/12/2023) a SVMA cobrou os laudos das 66 árvores caídas, porque estão sendo questionados pelo Ministério Público também.

Gustavo comentou que *“já se passaram 45 dias do temporal, e que todo mundo fala que o privado é mais rápido que o público!”*

Gustavo conclui pedindo para Juliana trazer informações de uma cabine perto do lago que tem geradores com combustível. *“A resposta que eles me deram no ano passado foi que não tem combustível lá”.* Perguntou se está aprovado, e se não tem risco para o município.

Encerrados os itens da pauta, e sem haver mais pedidos de fala, o secretário encerrou a reunião.

São Paulo, 27 de dezembro de 2023



Juliana Summa

Coordenadora



Claudio Neszlinger

Primeiro secretário



Débora Iacono

Segunda Secretária